

COMBATE

A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

VOLTAMOS TÃO CEDO AOS «BRANDOS COSTUMES»?

Do Sindicato dos trabalhadores de escritório do distrito de Lisboa recebemos o seguinte comunicado, que passamos a publicar:

MARKIMAGE

solidariedade dos trabalhadores com um camarada chileno

Camaradas:

Há precisamente um ano os trabalhadores travaram uma batalha vitoriosa contra a administração da Markimage (rua D. Filipa de Vilhena, 4, 5ª esq., Lisboa I) no sentido de reintegrar Paulo Huet Bacellar, então despedido sem justa causa.

Delegado sindical e refugiado do Chile fascista de Pinochet, Paulo Bacellar encontra-se há dois meses suspenso e submetido a inquérito. Consideramos que tal inquérito não passa de um gesto de represália patronal e de um pretexto para inventar "justas causas" para um despedimento "legal" daquele incómodo lutador anti-fascista, que ademais é professor e escritor, licenciado em Filosofia, que no nosso país se desempenha como "copywriter" de publicidade.

Temos recebido dezenas de telegramas e cartas de sindicatos de Norte a Sul do país e apelamos agora aos trabalhadores dos órgãos de comunicação (que muito ajudarão publicando uma síntese deste comunicado), bem como aos trabalhadores das empresas abrangidas pelo contrato colectivo de Editores e Livradores, Publicitários e afins, para que façam o mesmo, a exigir que a Markimage respeite o C.C.T. vigente e, consequentemente, a cláusula que atribui

poderes deliberativos à Comissão Disciplinar Mista nomeada para tratar do caso: Srs. Rui C. P. Brito (pela Markimage), Dr. Rodrigues Gonçalves (pela Associação Patronal), Dr. Levy Baptista (comum acordo entre as partes), Daniel de Matos (em representação de Paulo Bacellar) e Armindo Fernandes (por este Sindicato).

Em flagrante desrespeito ao C.C.T. vigente, o advogado do patronato (Dr. Manuel Jorge Magalhães e Silva) considera que (...) deverá ser a direcção de Markimage quem, obtido parecer da comissão disciplinar mista, proferirá a decisão final, com recurso para os tribunais de trabalho, se for caso disso" (fls. 3 do relatório da acusação).



desenho de Topor

Sem dúvida que esta última manobra da Markimage reflecte o desespero patronal diante de uma causa que eles sabem de antemão perdida. Sabem que não devem abrigar muitas esperanças de que a perseguição política que movem contra um trabalhador possa ser referendada por uma comissão que não se compõe somente de representantes do capital.

Cartas e telegramas poderão ser enviados ao apartado 1355, Lisboa I.

Exijamos o respeito integral pelo C.C.T. vigente e a imediata reintegração do trabalhador perseguido.

Pela Comissão Directiva Provisória,
(assinatura)

RÁDIO RENASCENÇA continuar a luta!

Os trabalhadores revolucionários da Rádio Renascença emitiram o seguinte comunicado, que transcrevemos integralmente:

Com a total recuperação do aparelho repressivo em 25 de Novembro a burguesia criou as condições necessárias para iniciar um ataque feroz aos órgãos de informação e às conquistas dos trabalhadores no campo económico.

Para aumentar os preços, congelar salários, soltar pides e outros fascistas, prender revolucionários, sanear à esquerda, devolver empresas aos patrões exploradores, abrir as portas ao imperialismo capitalista, reprimir o povo e instalar o fascismo, para conseguir tudo isso impunemente, a burguesia sabe que precisa de controlar os meios de comunicação, impedir as críticas e silenciar a voz dos explorados.

O primeiro passo foi com a chamada nacionalização da Rádio e da TV, de que foi excepção, curiosamente, a Rádio Renascença Ida.

(Como já demonstrámos em comunicado anterior, os ministros burgueses, des-

(cont. na pag. 2)

Aveiras de Cima

Gostaríamos de dar um testemunho da luta dos trabalhadores agrícolas e escolhemos a cooperativa de Aveiras de Cima porque a sua luta até agora tem demonstrado autonomia em relação a qualquer partido e não se tem deixado burocratizar.

Apesar de dificuldades de vária ordem que tem encontrado, o dinamismo dos trabalhadores da cooperativa tem conseguido avançar com o processo. E o 25 de Novembro, apesar de ter trazido a repressão à sua porta, não conseguiu parar a vida da cooperativa, que está em maior actividade do que antes.

Nas cidades, apesar de os trabalhadores já terem alcançado mudanças nas relações de trabalho, a experiência colectiva não se estende a todos os aspectos da vida quotidiana, como tem acontecido no campo. Assim, o viver colectivamente, o morar juntos, as refeições colectivas, aspectos antes individuais a cada família e hoje discutidos e decididos colectivamente, vêm enriquecer a experiência das pessoas.

Sabe-se também que enquanto a luta não se unir e generalizar a todas as unidades de produção o processo não avança.

Este jornal tenta ser um dos veículos na unificação de lutas isoladas e veículo de trocas de experiências entre trabalhadores. Portanto, abrimo-nos aos trabalhadores em luta que queiram fazer uso dele dentro da nossa perspectiva de apoio às iniciativas autónomas dos trabalhadores.

Quando, no nº 33 deste jornal, afirmávamos a existência de dois denunciadores entre os cooperadores de Aveiras de Cima, isto representa a opinião de alguns desses cooperadores. Outro cooperador acredita que não houve denúncia e afirma que "temos de ter cuidado. Se houvesse mesmo aquilo que desejamos -- uma revolução -- seria diferente... Mas não há. Só devemos dizer as coisas quando tivermos a certeza".

(cont. na pag. 4)

O jornal Luta Comum é um boletim de imigrantes portugueses na Grã-Bretanha, cujo primeiro número, de que a seguir publicamos parte do editorial e um artigo sobre uma luta, "foi obra de 15 trabalhadores portugueses e ingleses".

Luta Comum
BOLETIM DOS TRABALHADORES PORTUGUESES EM INGLATERRA

Começamos por transcrever a primeira parte do editorial:

Luta Comum é um jornal de emigrantes para emigrantes e como tal pretende estar ligado às justas reivindicações dos trabalhadores portugueses em Inglaterra. No futuro esperamos ser um elo de ligação entre os portugueses que como nós foram obrigados a emigrar.

Luta Comum aparece porque 19 meses depois do 25 de Abril pode-se constatar o facto de que se não forem os próprios emigrantes a lutar pelos seus direitos nada vai mudar nas suas condições de vida e de trabalho.

As várias instituições estatais que demagogicamente apareceram a prometer um trabalho diferente daquele que o fascismo nos impôs pouco fizeram e o que foi feito deve-se apenas ao receio de que as nossas economias não fossem enviadas para Portugal.

Qualquer emigrante se apercebe das dificuldades económicas deste país. Tanto a desvalorização da libra (*moeda britânica*) como o desemprego nos fazem sentir na própria carne a crise deste país e que todo o capitalismo atravessa. Duros e difíceis dias se aproximam para a classe trabalhadora inglesa; e com eles, tomando parte activa nas suas lutas, repudiando as formas racistas desenvolvidas pela burguesia no sentido de nos dividir, estabelecendo laços de solidariedade, que a nossa vitória será um facto.

Sendo o objectivo da maioria de todos nós o regresso a um Portugal mais justo onde tenhamos o direito ao trabalho, à saúde, à habitação e à educação é nosso dever acompanhar e participar na luta do povo português. Para isso temos de estar devidamente informados por fontes que não sejam a dos nossos inimigos, como a imprensa e televisão burguesa em Inglaterra.

(...)

Passamos agora a transcrever um artigo em que se relata uma greve num grande restaurante de Londres:

Embora o *Talk of the Town* seja um dos lugares mais famosos da vida nocturna em Londres desde há 17 anos e pertencendo ao grande império do Trust H. Forte, conhecido de todos nós pelos seus inúmeros hotéis, restaurantes e bares, tal como o *Coffe House* em Picadilly,

frequentado por nós portugueses, pouco se sabe da greve dos seus empregados de mesa e da cozinha, que se vem arrastando desde 30 de Outubro.

Para saber o que se passa abordámos um camarada da Galiza, um dos grevistas, trabalhador lá desde há 6 anos.

- Qual a razão da greve?
- Recusamos trabalhar, nós sindicalizados, com camaradas que não o estão e se recusam a fazê-lo.

- Recusam porquê?
- Primeiramente porque são trabalhadores novos sem experiência alguma de greve e, segundo, pelo medo que lhes é metido pelos encarregados e patrões quando lhes dizem que o sindicalismo é um partido político muito perigoso que os impedirá de voltarem aos seus países.

- De que nacionalidade são os trabalhadores em greve?

- Portugueses, Indianos, Espanhóis, Marroquinos, Gregos, Italianos e Cipriotas.

- Quantos são ao todo?

- 120. Só nos emigrantes é que isto acontece porque os outros trabalhadores tal como músicos, bailarinos e porteiros (todos ingleses) não podem trabalhar sem estarem sindicalizados. Por isso sentimos ser uma discriminação.

- Nestas 5 semanas já houve alteração na situação?

- Não. Esta semana fomos convocados para uma reunião onde não se chegou a um acordo e decidimos continuar em greve.

- Têm tido algum apoio do vosso sindicato?

- Sim, mas muito insuficiente. Estamos recebendo 6 libras por semana.

- Acha que é possível continuar por muito mais tempo a greve?

- Sim, embora isso requiera grandes sacrifícios para nós e nossas famílias e apesar de os patrões estarem a tentar furar a greve oferecendo sobretudo aos cozinheiros aumentos de 6 libras por semana para voltarem ao trabalho

- é possível.

- Uma vez que os empregados de mesa e cozinha estão em greve, e a casa continua funcionando todas as noites, quem os substitui?

- Conseguiram arranjar pessoal doutros lados e só servem comida do tipo da servida nos aeroportos e a recolha do lixo é feita por furgonetas alugadas durante a noite.

- Tem havido algumas manifestações de solidariedade para convosco por parte doutros trabalhadores?

- Sim. Os trabalhadores de outros hotéis da companhia como o Cavendish Hotel, fizeram greve durante uma hora, na hora do almoço. Os trabalhadores que recolhem o lixo têm-se recusado a recolhê-lo. Os motoristas das camionetas que fornecem a carne e a comida têm-se recusado a fazer fornecimentos. Os carteiros não deixam correspondência. Tem havido colectas de dinheiro para nós que muito nos têm ajudado em hotéis como o Europa, o Cavendish, o Grosvenor House; os trabalhadores do mercado de vegetais de New Covent Garden; dos trabalhadores dos restaurantes Angus Steake House -- tudo locais onde os trabalhadores estão organizados num sindicato.

Aceitaremos todas as formas de apoio à nossa causa. A nossa vitória será uma vitória também para a classe trabalhadora em geral. *

A greve acabou no dia 5 de Dezembro com a vitória dos trabalhadores do *Talk of the Town*. Esta greve, a primeira greve importante dos trabalhadores imigrantes da indústria hoteleira, demonstrou claramente que os trabalhadores estrangeiros não estão condenados a sofrer em silêncio as injustiças dos patrões. Com união e decididos a lutar muito podem fazer em favor dos seus direitos.

As reivindicações desta luta giram em torno do problema dos sindicatos. O COMBATE achou por isso conveniente fazer uma nota explicativa.

Os sindicatos britânicos são diferentes dos portugueses porque estão bem organizados e constituem a base de apoio do actual governo trabalhista. Organizadas horizontalmente por várias categorias profissionais, o Sindicato dos Trabalhadores de Transportes e Gerais (TGWU), Sindicato de Vários Ramos Técnicos (AEU), Associação de Desenhadores e Técnicos com eles relacionados (DATA), Sindicato Nacional dos Funcionários Públicos (NUFE), etc. fazem parte da Federação dos Sindicatos TUC, que, por sua vez, é a base de apoio do Partido Trabalhista. O TUC, com um número de sócios superior a 2,5 milhões, representa, depois da CBI (Confederação das Indústrias Britânicas), o mais poderoso bloco dirigente do país.

O papel do TUC é representar a política de economia mista (capitalismo de Estado e capitalismo privado) do partido Trabalhista dentro das fábricas, dando no entanto especial preferência ao capitalismo de Estado.

Por isso o TUC ataxou um governo conservador (durante a greve dos mineiros) mas assegurou a continuidade do governo trabalhista. Todas as greves selvagens e acções autónomas da parte dos trabalhadores foram fortemente reprimidas.

Os trabalhadores imigrantes na Grã-Bretanha não foram totalmente integrados nas estruturas sindicais e, assim, as greves nos hotéis, as das enfermeiras (ver COMBATE nº 32) etc. surgiram muitas vezes fora do controle dos sindicatos. Assim, ao mesmo tempo que apoiamos a acção destas trabalhadoras, não sabemos se eles se dão conta das implicações de aderirem aos sindicatos.

Como apontamento interessante podemos mencionar um estudo publicado num número recente de *THE ECONOMIST* para o efeito de que a grande maioria dos trabalhadores sindicalizados consideraram o TUC responsável pelo presente impasse das lutas de classes na Grã-Bretanha.

RÁDIO RENASCENÇA

(continuação da pag. 1)

culpando-se com a concordata, protegeram os seus interesses de classe ao protegerem o capital privado de uma sociedade fantoche -- a Progresso Imobiliária, SARI -- que não tem nada a ver com a igreja e cujos objectivos são tão religiosos como os do Champalimaud. O go-

verno tem, pois, que explicar ao povo porque não foi ainda nacionalizada a cota da Progresso Imobiliária, SARI, correspondente a 60% do capital da empresa comercial RR Lda. O povo deve saber!)

No entanto, a burguesia não bastava legalizar o seu monopólio sobre a formação. Tendo medo da força dos trabalhadores, não possuindo argumentos para contrapor à voz livre da classe operária, as cúpulas burguesas e seus lacaios (que já tinham destruído a bom-

ba os emissores da RR por ser porta voz das classes trabalhadoras) suspenderam e despediram trabalhadores progressistas da informação, utilizando processos que envergonhariam os agentes de Salazar-Caetano e com resultados práticos que o fascismo nunca ousou alcançar.

Enganam-se a burguesia e seus aliados ao pensarem que a decisão de en-

(cont. na pag. 3)

Editorial

Todas as pessoas viram nos jornais que a propósito de um incidente aparentemente sem importância a polícia atirou, na baixa de Lisboa, sobre umas centenas de pessoas desarmadas, visando bem, fazendo pontaria, pistola estendida numa mão e gestos insultuosos com a outra. Mataram um e feriram cinco. Espancaram muitos mais. Isto é o que os jornais dizem e todos sabem.

E no entanto poucos perguntam porque é que a mesma polícia que horas antes matava, abria nessa mesma tarde alas entre os carros para que pudesse passar a manifestação "apartidária" do MRPP.

O MRPP é a ala "esquerdista" do actual governo. Pois bem, mas a UDP é a ala "esquerdista" da oposição (capitalista de Estado) ao VI governo (capitalista de Estado) e na manifestação "apartidária" que realizou houve, é certo, incontáveis polícias de viseira e aparato bélico, mas nem tiros, nem mortos, nem sangue, nem bastonadas. O aparato serviu-lhes só para ouvir os discursos oposicionistas. E na bonomia se realizou ainda a manifestação "apartidária" do PCP, que tem, é certo, o privilégio pouco frequente de pertencer ao governo a que se opõe.

A pergunta é pois a seguinte: porque é que a polícia atira a matar num conflito aparentemente menor e permite, assiste e chega a proteger as manifestações de mais ou menos massas -- para menos e não para mais -- organizadas pelos partidos?

Vejamos o que se passou de facto: quando um piquete de grevistas tentava fechar um estabelecimento que furava a greve foi provocado pela polícia ocorrida à chamada do patrão, reagindo o piquete a esta provocação. Então, grevistas e vários populares seguem os polícias em fuga até à esquadra do teatro D. Maria. Foi este o pretexto para que a polícia voltasse e tentasse dispersar os manifestantes a tiro, alvejando-os directamente.

A polícia reprime todas as manifestações da luta autónoma dos trabalhadores. O aparelho de Estado tenta canalizar as reivindicações através das estruturas partidárias e sindicais, ou outras.

Desde o 25 de Abril a principal característica do movimento operário em Portugal era a autonomia com que os trabalhadores exprimiam as suas reivindicações. Expressavam-nas directa e imediatamente, fora de qualquer instituição governamental ou administrativa. Geravam-se assim instituições de tipo novo que, a desenvolverem-se, poriam em causa o Estado e a sociedade de exploração.

Contrariamente à forma burocrática de desenvolvimento do capitalismo de Estado, a forma democrática que parece prevalecer neste momento -- e por enquanto -- admite a formulação de reivindicações salariais desde que estas se integrem completamente em instituições onde é a classe dominante a ditar as regras do jogo. Quando luta autonomamente é o proletariado quem impõe as suas próprias regras. Só nestas circunstâncias a vitória poderá vir a ser possível. No interior dos aparelhos estaduais (sindicatos, Ministério do Trabalho, cooperativas centralizadas e, indirectamente, as comissões de trabalhadores e de moradores burocratizadas) as regras do jogo são ditadas pelos exploradores e por isso o triunfo é-lhes sempre assegurado.

Se os actuais governantes querem construir o capitalismo de Estado tendo por base a burocratização das comissões de trabalhadores e não a sua eliminação, têm que iniciar uma forma de repressão altamente selectiva: reprimir violentamen-

te as reivindicações autónomas ou aspectos autónomos de reivindicações sindicais, e paralelamente, ostensivamente até, permitir a reivindicação no campo em que a regra do jogo escapa aos trabalhadores. É por isso que os partidos governamentais, seus aliados ou oposicionistas não têm as actuações reprimidas neste capitalismo de Estado democrático. A forma hierárquica e centralizada como se constituem faz com que nelas a regra do jogo escape aos trabalhadores. Sob esse aspecto são organismos seguros.

Mas para que este plano possa passar das intenções à prática não basta que as classes exploradoras e todas as forças conservadoras apoiem as instituições governamentais e bradem contra os movimentos autónomos, insultem os activistas e vitorem a polícia assassina. É preciso que haja dentro dos próprios trabalhadores um movimento que os leve a afastarem-se da luta autónoma e a aceitarem, melhor ou pior, a regra do jogo das instituições do capitalismo de Estado.

Analisámos já em editoriais anteriores o que supomos serem as causas do actual recuo do movimento autónomo. Neste processo de burocratização uma massa de trabalhadores mais inconscientes, com menores tradições de luta, descre de possibilidade de construção de uma sociedade igualitária. Voltam-se então contra os activistas porque duvidam que a repressão actual possa ser compensada por uma vitória futura. Daí um estado de espírito de "eles fazem isso e nós é que nos acabamos por prejudicar" que se vai generalizando. É para este estado de espírito que Melo Antunes aponta nas suas disputas com o clan Pires Veloso, considerando-o uma base mais sólida para o capitalismo de Estado do que a repressão indistinta, gonçalvista ou conservadora. E é por este estado de espírito existir e infelizmente se generalizar que se podem dar acontecimentos como os da baixa de Lisboa no dia 21.

A repressão contra os chamados "marginais" já preparava esta tática. Aumenta o desemprego, aumenta o custo da vida, é natural que quem não ganha por um lado queira ganhar por outro. Não são os chefes do gangsterismo, os homens que verdadeiramente controlam os tráfegos, que o regime reprime. São os jovens irrequietos que preferem partir uma montra e roubar meia dúzia de coisas a passar fome durante dias; que conscientemente ou inconscientemente põem em causa o dogma dos exploradores de que é preciso trabalhar uma vida inteira e aguardar passivamente na fome e no desemprego quando o capital acha que não pode dar trabalho.

Quando a polícia faz rusgas monstruosas, invade as casas dos bairros pobres à procura desses jovens; quando os espanca, os prende em condições degradantes, sem que as esquerdas bem pensantes com isso se preocupem; quando um guarda-nocturno abate a tiro um desempregado que fugia com duas panelas de pressão roubadas; quando a polícia friamente assassina dois rapazes de 15 anos de idade e um de 16 num país que se orgulha de ser a primeira nação da Europa a ter abolido a pena de morte; quando tudo isto se passa ano e meio após as vagas entusiásticas do 25 de Abril sem que o geral das pessoas proteste e se pareça impressionar -- então o caminho está aberto para que baste um grito autónomo e o primeiro assassino fardado numa esquina dispare sobre os trabalhadores desarmados.

"Nos sindicatos, nos partidos, no parlamento falem em cor e pela nossa batuta" dizem os capitalistas de Estado; "pela vossa cabeça não". Para isso preparam desde já afanosamente o grande espectáculo eleitoral. Para isso estão as pistolas para nos fazer calar.

Será que voltamos tão cedo aos brandos costumes?

RÁDIO RENASCENÇA

(continuação da pag. 2)

trregar a RR ao Patriarcado reaccionário encerrou a questão. A RR é uma conquista das classes trabalhadoras e só a força do aparelho repressivo possibilitou a expulsão dos trabalhadores anti-fascistas.

A luta por uma informação revolucionária não vai parar. Não pode parar. Porque ela é uma consequência da luta de classes.

A mobilização das massas populares contra a carestia de vida, o congela-

mento de salários e pela libertação dos anti-fascistas presos, a organização dos trabalhadores dos campos em defesa da reforma agrária, a determinação da classe operária na luta diária contra o capital, são exemplos que demonstram a necessidade de uma informação de classe, de uma informação que represente de facto os interesses das classes trabalhadoras e facilite a consciencialização do proletariado.

Nós, trabalhadores expulsos da RR pelas G-3 da burguesia, considerando

que se mantem mais do que nunca o compromisso que assumimos perante o povo trabalhador, decidimos mais uma vez continuar a luta por uma informação ao serviço dos explorados e oprimidos.

Estamos firmemente resolvidos a pôr de pé, o mais depressa possível, a COOPERATIVA POPULAR DE INFORMAÇÃO. Dentro de dias chegarão à tua comissão de trabalhadores ou moradores, ou ao teu sindicato, elementos concretos sobre o projecto da cooperativa e outros planos de actividades. Entretanto, se quiseres visitar-nos ou pedir informações, aqui fica o nosso endereço actual:

Trabalhadores da RR em luta
Sindicato das Telecomunicações e Radiodifusão
Largo de Santos, 13, 39
Lisboa
Telefone: 67.25.45

ATÉ À VITÓRIA FINAL!

Luta na Candimar

Concluimos aqui a entrevista realizada na Candimar, Cooperativa de produção de candeeiros e latoaria mecânica, com 12 trabalhadores, em Leça de Palmeira. Participaram na entrevista 5 trabalhadores.

A luta começou em Maio de 1975, altura em que os patrões -- tratava-se de uma pequena empresa familiar -- declararam falência. Apesar da má gestão da fábrica, em que as verbas que entravam directamente eram de imediato divididas pelos patrões, os trabalhadores não lutavam directamente contra esses patrões. Estes, porém, tentaram utilizar os trabalhadores para a obtenção de empréstimos bancários. Os trabalhadores foram mesmo ao ponto de convidar os patrões a entrar para a cooperativa que formaram.

Nas partes já publicadas os trabalhadores relatam-nos o processo da luta e os problemas que tiveram para conseguir um empréstimo bancário. A sua luta centra-se na obtenção de um empréstimo do BIP de 250 contos. Após muitos contactos -- com a Federação das Cooperativas, Sindicatos, etc. -- e alguns meses de espera, conseguiram 150 contos. Desde Maio que não recebem ordenado certo.

Os contactos com outras fábricas foram escassos: com a CUTI, a DECORAMA, por exemplo.

A abrir a parte que se segue os trabalhadores continuam a referir um problema já abordado no último número: o dos créditos e nacionalizações.

Trabalhadores de uma pequena empresa e lutando isoladamente, parecem-nos claras as suas contradições. Se por vezes atingem formas práticas e ideológicas que em nosso entender são avançadas, outras vezes são conciliatórias com o capitalismo e depositam grandes esperanças em certas autoridades. Algumas declarações mostram um trabalhador de mentalidade tecnocrática criticando patrões capitalistas com espírito artesão, como por exemplo a declaração final desta entrevista.

Trabalhador A - Nacionalizassem isto. Mas também nem sequer nacionalizar lhes interessa. Se juntassem esta, que é pequenina, a outra pequenina e mais outra pequenina, fazem uma grande e então nacionalizam. Mas não, estamos nós abandonados aqui. Puseram o fecho -- "Vocês façam assim" e nós fizemos assim, depois abandonaram-nos completamente.

COMBATE - Conheço uma fábrica em luta, em Santo Tirso, à qual o banco recusou o crédito. Os trabalhadores ameaçaram ocupar as instalações do banco caso não fosse concedido o crédito. Conseguiram 1.000 contos. Entretanto o Estado intrometeu-se e está em curso o processo de nacionalização. Mas esta fábrica tem 700 trabalhadores.

Trabalhador B - Pois é, dos fracos não reza a história. Não temos voto na matéria. Dissc não há dúvida nenhuma.

COMBATE - Mas podem tornar-se fortes se se juntarem aos outros, desde que tenham interesses comuns.

Trabalhador B - Sim, com os outros pode ser que se arranje. Nós temos muito que fazer, há muito que fazer.

Trabalhador C - Não falta trabalho.

Trabalhador B - Nós temos muito trabalho. Primeiramente o maquinismo somos nós. De resto, desde que os nossos ordenados andem em dia toda a gente trabalha. Agora andar assim a praguejar, hoje com dois contos, amanhã com dois contos, coitadinhos!

COMBATE - Vocês não têm tentado arranjar mais clientes?

Trabalhador A - Nós não damos vazão ao trabalho. Não temos vendedores, nem temos ninguém à altura de entrar em contacto com os clientes. O guarda-livros por sua vez também roubou dinheiro até uma certa altura e agora abandonou-nos. Fugiu há pouco tempo, não deu mais resposta. Estamos praticamente aqui abandonados.

COMBATE - Vocês fabricam todo o tipo de candeeiros?

Trabalhador C - Aqui faz-se tudo. Se vierem aqui e disserem "nós precisamos disto", desde que tragam o modelo faz-se tudo, não há nada que não se faça. Aqui só não se faz dinheiro.

trabalhar para o país? Então eles estão ali sentadinhos à espera que vão lá levar um depósito... Nós é que trabalhamos, nós é que somos o povo trabalhador, não aquele povo que está atrás da nossa sopa.

COMBATE - Vocês acham que a principal culpa é dos funcionários bancários?

Trabalhador A - Exactamente, porque ganham muitíssimo bem e portanto não têm o nosso problema. Repare, veio cá uma vez um sujeito do banco (tenho a impressão de que não era do sindicato; talvez fosse um delegado sindical) virou-se para nós e disse: "Vocês assim, vocês assado... não conseguem o financiamento, não conseguem nada. Se fosse a vocês chamava o patrão para cá; eles são três, chamava um dos patrões. Arranjava aqui um patrão porque assim a responsabilidade era dele, ele é que resolvia os problemas e vocês tinham o vosso ordenado no fim do mês sem mais nada". Nós dissemos: "Também nós vamos pensar nisso". Ainda fomos salvo erro falar com um dos patrões, que já tinha saído um ano antes, mas ele disse: "Não. Eu para ir para lá tenho que ver os números". Mas como os débitos eram muito elevados, também não lhe interessou. Eles interessa-lhes vir para a fábrica mas com o débito anulado, e então começar vida nova. Assim é que lhes interessa. Mas nessa altura também nós não nos importamos.

Trabalhador B - Eles roubaram os três. E esse viu-se apertado e avançou à frente. Agora puseram um edital para uma senhora, da fazenda.

Dificuldades...

Trabalhador A - Mas não se sabe se é da fazenda...

Trabalhador B - É da fazenda, é. Os da fazenda vieram cá...

Trabalhador A - Mas aquele edital que ali estava era um edital para ele ir ao tribunal em Janeiro para ser julgado, mas não sabemos para que é. Nós até estávamos a pensar em arranjar um advogado.

Trabalhador B - Eu sei porque é: após o 25 de Abril mandaram três empregados embora.

Trabalhador A - Tem a certeza que é por causa disso? O X de manhã disse-me que pede ser um caso de ele ter apresentado queixa de nós...

Trabalhador B - Então ele é que é intimado, e somos nós! Então como é que é isso? Eles vão ao tribunal porque eu fui lá chamado e eles disseram-me: "Vocês têm que pagar aqui nove contos e tal a um empregado e têm a pagar de imposto dois contos e tal". Digo eu assim: "Pagar dois contos e tal? Não pagamos nada. Então nós não temos os nossos ordenados e vamos pagar isso? quem os mandou embora que se aguerte. Não fomos nós que os mandámos embora". A dois são oitenta e tal contos, o que dá 160 contos mais nove e o imposto vai lá para 180 contos.

Trabalhador A - Aqui não se pode falar em contos, isto aqui é demais.

Trabalhador B - Isso é verdade. Nós

recebemos aos bocadinhos. Olhe, ainda há bocado recebi 400\$00 que estão aqui, e é o resto de uma quinzena.

Trabalhador C - Mas há outra coisa engraçada. Estiveram aqui na semana passada, salvo erro do fundo de desemprego, e são 28 contos que ele deve de 69 ou 71 -- roubou-nos a nós e ao Estado.

Trabalhador D - É uma de 69 a 71 e outra de 74.

Trabalhador C - Essa pessoa que foi lá acima para fazer a penhora, o velhote, ou seja, o pai, tem uma maneira de falar que adormece qualquer cidadão. A pessoa pode ter uns pulmões fortes, mas adormece. Começou para lá a contar a situação dele, foi então quando a gente veio a saber que ele tinha um atestado de pobre, e teve a senhora lata -- que eu gostava que ele viesse mesmo de caras comigo -- de perguntar onde é que a gente recebeu um cheque de 500 contos e que gastámos esse dinheiro. Se a gente tivesse recebido um cheque de 500 contos era capaz de dar... de pagarmos a todos e "agora anda lá que já não precisamos disto para nada". Onde é que ele prova que a gente queirou um cheque de 500 contos?

Trabalhador A - Ele deixou um recibo de 235 contos. 100 contos eram incoibráveis.

Trabalhador C - Tanto é que essa pessoa depois dessas informações entrou

(continuação da pag. 6)

por aqui dentro e até disse: "Vocês ainda se vão incomodar". "Então porque?" "Vocês estão sujeitos a ficar sem qualquer coisa cá dentro". "Mas quem é que disse? Isto é uma cooperativa, não é dele, é nosso". "Ele aldrabou-me, ele enganou-me cem por cento. Foi indecente para mim".

COMBATE - Depois disso eles nunca tentaram entrar aqui?

Trabalhador D - Só tentaram no primeiro dia. Quando eu fui lá fora eles perguntaram se podiam cá entrar e a malta disse que não. Depois disso nunca mais. Passados para aí uns oito dias foram lá fora e cortaram-nos um fio do telefone.

Trabalhador C - Eu estava em casa, mas estavam aqui de piquete. Aquilo não fazia contacto, não ligava, e eu queria telefonar para cá para saber se estava tudé porreiro; aquilo não ligava e eu vim cá. "Então como é? Eu peguei no carro, vim por aí fora..."

Trabalhador A - Estava eu no quartel...

Trabalhador C - ...Eu fui ao quartel ter com esta senhora, eu não sabia que ela estava lá...

Trabalhador E - Aliás, vieram as forças armadas depois do corte do telefone e até disseram que era uma sabotagem que eles nos estavam a fazer.

Trabalhador C - Passados alguns dias foi quando fomos insultados da parte de fora.

Trabalhador B - Pelo guarda-livros. Chamou-nos garotos, canalhas, a roubar isto! Nós não roubamos nada. Hã firmas, que eu sei porque hã camaradas que me contam, que puseram o patrao fora com os ordenados em dia. Isso é mal feito. Agora o nosso caso não. O nosso caso foi por falta de pagamentos.

Trabalhador A - Sabem uma coisa? É que há pessoas que olham para nós -- o quê, uma cooperativa? Não olham como trabalhadores que estamos a defender uma causa, que é os nossos postos de trabalho. Olham para nós como uns criminosos, nota-se um ar de desprezo nas pessoas.



de piquete

"A classe operária não é contra o capitalismo" - diz um trabalhador!

Trabalhador C - O senhor veja: eles estavam tão cúmplices e mantêm-se ainda cúmplices. Quando nós tivemos uma reunião no quartel general foi de lá que recebemos ordens para pômos os patrões fora. O tipo andava lá atrás da gente para não ser tirado daqui para fora. Ora se ele está de cabeça levantada não andava atrás da gente. Agora dizer que fomos nós que o pusemos fora, isso não. Foram as entidades oficiais que determinaram. Nós então tivemos que cumprir a nossa obrigação e defender o nosso pão e dos nossos filhos, e aquilo que eles nos devem. Agora eles tentaram fazer tudo e mais alguma coisa para nos pôr na lama. Enganaram-se cem por cento. Se fosse um homem sincero, correcto, hoje estava aqui. Eu fui daqueles que disse no tribunal de trabalho, que ele refugiou-se para lá quando não quiz assinar uns documentos -- ele disse: "Vejam lá, desgraça está homem que está aqui; puseram-me este homem na miséria" -- disse na frente de todos os que lá estavam: "O senhor está a mentir. O senhor é que levou o seu pai à desgraça, não fomos nós". E ele calou-se. Se fosse um bom filho sabia respeitar isto e seguir isto.

Trabalhador B - O que nós pretendíamos sabe o que era, amigo? Era trabalho para a frente que graças a Deus temos. Agora o que queríamos era que os homens que andam para aí a pregar a moral, que são milhares deles sem fazer nada, que são parasitas da sociedade muitos deles, gostávamos que esses que andam a pregar a moral viessem ver e que misturassem as mãos deles às nossas e que deixassem de falar. Isso é que eram uns bons cidadãos. Agora nós estamos aqui não largamos o nosso trabalho, mas hã operários

que largam o trabalho para irem para comícios. Eles não vão para comícios. Vão destruir ainda por cima aquilo que já está mau. Mas todos agarrados ao trabalho não se assistia ao que está a acontecer por aí fora. Isto é que eu gostava que os homens compreendessem assim. Nós estamos aqui, queremos lá saber o que se está a passar lá fora. Queremos é ver se safamos o nosso pão e precisamos da ajuda de todos. Um governo que tem uma banca ao serviço do povo, mas estamos a ver que ela está mais ao serviço dos capitalistas -- não queremos nada disso. Sabe qual é a nossa banca? É o nosso salário e a nossa barriga apertada. Isso é que é a nossa banca. Se eles chegassem aqui e dissessem: "Então rapaziada, como é que vocês estão a trabalhar?" "Estamos a trabalhar bem, não nos falta trabalho, o que queremos é dinheiro para trabalhar". "Bem, pronto, vamos lá andai para a frente". "Olhe, nós precisamos de mais dinheiro. Queremos meter mais cinco ou seis operários, ajudem-nos".

Nós aqui na cooperativa não estamos atrás de criar lucro. Os nossos lucros são manter os nossos postos de trabalho e levar uma vida estável. Numa fábrica assim ninguém anda aqui para crescer. Agora se nós tivermos aqui muito dinheiro para trabalhar já criamos pão para mais dois ou três. Hã muita gente que diz que a classe operária quer tirar ao rico. A classe operária não quer tirar ao rico. O rico que é rico tem de ser rico. Agora o rico tem de dividir melhor aquilo que tem. Se um rico tem uma fábrica, tem dois mil ou cinco mil contos de lucro, deve tirar aquilo que é necessário para a vida dele e o resto vai dividir com os operários. Mas como é que ele vai dividir com os operários? Vai multiplicar

a sua riqueza em vinte postos de trabalho. Mas ele não pensa assim. Ganhou cinco mil -- se pudesse empregar mais vinte operários, no ano seguinte tirava na mesma os cinco mil -- e vai é comprar iates, carros de mês a mês e assim sucessivamente. É por isso que a classe operária não é contra o capitalista. O capitalista tem que existir. O que tem é que dividir. Não ser tão avarento para ele próprio, não comprar quintas... Metê-lo dentro da sua fábrica, criar postos de trabalho. Agora querer multiplicar o trabalho à custa da força, esmagar o operário e ele sempre de cabeça erguida, também não pode ser assim. Se nós tivermos um rico ordenado ao fim do mês, nós queremos progresso. Se eu só tinha possibilidades de comprar um par de sapatos de seis em seis meses, já tinha possibilidades de comprar de três em três meses. Já tenho possibilidades de comprar outras coisas para os meus filhos. Assim não tenho porque sou sempre um miserável. Por isso um bom operário que o queira ser nunca deve pensar na riqueza: nunca destruir o que tem dinheiro. O que tem dinheiro tem que o pôr a movimentar. Eles não. Fizeram ao contrário. Viram os operários e julgaram que os iam roubar. O operário quer trabalho e quer que os patrões sejam leais para com eles. O que é que estes fizeram? Foram os primeiros gatunos da classe operária, pegaram nuns milhares de contos e fugiram para o Brasil.

ATENÇÃO

Com a recente subida das tarifas dos CTT, que acarretou um aumento de 45% nas nossas expedições, somos obrigados a elevar o preço das assinaturas (isto principalmente no que diz respeito ao estrangeiro).

Actualizamos também as assinaturas nacionais, por ainda o não termos feito após os anteriores aumentos das avenças.

Pedimos aos assinantes cuja assinatura terminou (e a quem aliás já foi enviada uma carta no mês passado) que procedam rapidamente às renovações. Se durante o próximo mês não for feita a renovação, nem nos for enviada qualquer carta explicativa, seremos obrigados a deixar de enviar o jornal.

Pedimos às pessoas e organizações que no estrangeiro não tenham realizado o pagamento da respectiva assinatura que o façam também segundo as indicações abaixo apontadas. Só poderemos enviar gratuitamente o jornal nos casos de permuta e para centros culturais e bibliotecas populares que nos tenham pedido previamente.

Camaradas: o aumento das avenças e dos portes de correio destina-se, entre outras coisas, a tornar ainda mais difícil a existência dos jornais revolucionários. Se achas que jornais como o **COMBATE** devem continuar, ajudá-nos a prosseguir a nossa luta.

QUERO ASSINAR O **COMBATE** DESDE O Nº ...

1 ano (26 números) 96\$00
6 meses (13 números) 48\$00
Apoio (anual) 120\$00 mínimo
Europa (anual) 212\$00 por avião
USA (anual) 264\$00 por avião
Angola (anual) 216\$00 por avião

QUERO VENDER ... EXEMPLARES DO **COMBATE**

Junto envio\$...

(Todos os cheques e vales devem ser enviados em nome do director)

os trabalhadores italianos contrá os aumentos de preços

Da publicação Dossier of Struggles -- 1974, de que já temos retirado outros textos, extraímos o seguinte artigo:

Contra o aumento dos preços dos transportes

Em Julho de 1974, em várias partes da Itália as autoridades ligadas aos transportes decidiram aumentar os preços dos bilhetes de autocarro e comboios. Isto foi planeado a nível regional e atingiu especialmente os trabalhadores de Turim e Milão. A notícia foi dada pouco antes das férias de Verão, quando era difícil as pessoas organizarem uma luta. Mas havia muitos protestos silenciados. Em ambas estas cidades os trabalhadores têm de viajar de 15 a 30 km. para chegarem aos locais de trabalho e o aumento dos bilhetes veio prejudicá-los consideravelmente.

Em zonas onde são muitos os trabalhadores a viajar houve um boicote ao pagamento dos aumentos de bilhetes, logo após o Verão. Isto começou de maneira espontânea. As pessoas recusavam-se individualmente a pagar o aumento do bilhete. Logo depois, porém, o boicote começou a organizar-se. Um camarada descreve como isto aconteceu:

"As pessoas começaram a organizar-se. Suponhamos que uma camioneta vinha de uma cidade fora de Milão. Os passageiros entravam na camioneta sem pagar os bilhetes e sentavam-se. Então um delegado recolhia todos os bilhetes, ao preço de antes dos aumentos, e entregava o dinheiro ao condutor. Porém o condutor tinha ordens para não aceitar os bilhetes recolhidos daquela maneira. O "delegado da camioneta" era então responsável pela entrega do dinheiro à companhia transportadora, entregando-o na garagem. A princípio havia barulho, porque a polícia intervinha e algumas pessoas foram presas. Mas isto veio piorar as coisas, porque todos os jornais deram grande cobertura aos acontecimentos e mais pessoas tiveram a ideia de fazer o mesmo. Eu diria que agora (o texto refere-se a 1974) na Itália há milhares de pessoas fazendo isso.

"Mais uma vez os sindicatos só entraram em campo depois de o movimento se ter iniciado. Mas agora tomaram posição dizendo que estes aumentos do preço dos bilhetes não devem ser permitidos e apoiando esta auto-redução dos preços."

Depois, secções locais de sindicatos começaram a organizar-se juntamente com estudantes em Comitês de Passageiros. Em algumas zonas chegaram mesmo a imprimir os seus próprios passes de autocarros, com os antigos preços, para distribuição nas fábricas, escolas e bairros. Segue-se um panfleto que foi distribuído por um Comité de Passageiros perto de Marghera:

"Trabalhadores e estudantes! O Comité de Passageiros desta zona, composto por trabalhadores e estudantes, formou um comité conjunto para a auto-redução

de bilhetes a partir do 1º de Novembro. Nos próximos dias, conselhos de fábrica, representantes de sindicatos, representantes de estudantes e delegados de autocarros estarão a vender bilhetes mensais, impressos por este comité, com o preço anterior ao aumento dos bilhetes. Os delegados recolherão o dinheiro e entregá-lo-ão às autoridades de transportes.

"Trabalhadores e estudantes! Para que esta forma de luta seja bem sucedida, para que os transportes sejam tirados de mãos privadas, e para que os serviços sejam melhorados, precisamos de ter a maior unidade possível, através de discussões e reuniões em cada local de trabalho, em cada escola e em cada bairro. Esta luta tem de ter a participação activa não só dos trabalhadores e estudantes que viajam, mas de todo o movimento, da fábrica à escola, aos escritórios, a toda a região."

Este panfleto é assinado por três centrais sindicais: CGIL, CISL e UIL, e pela Federação dos Sindicatos e Comitês coordenadores dos Passageiros.

Contra o aumento dos preços da electricidade

Quando um decreto governamental aumentou o preço da electricidade houve também um movimento de boicote ao pagamento desse aumento. Foi organizada uma campanha em muitas cidades importantes em torno da "auto-redução das contas de electricidade".

Trabalhadores, donas de casa e alguns comités de fábrica formaram comités que imprimiram fichas especiais, dando os antigos preços da electricidade. Estas foram distribuídas nas fábricas e em bairros sociais. As pessoas calculam as suas contas de acordo com os preços antigos e o comité recolhe o dinheiro e paga ao departamento de electricidade. Um trabalhador do complexo petroquímico do porto de Marghera explicou como isto se processou:

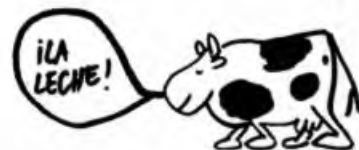
"Há em Roma zonas inteiras onde a auto-redução de contas de electricidade se tem verificado pelo menos por um ano e possivelmente dois. Isto teve mais sucesso porque há muitos camaradas que são empregados do Departamento de Electricidade que ajudaram.

"Enquanto que aqui em Marghera nos recusámos a pagar o aumento, em Roma tomaram uma posição diferente. Dizem que estão dispostos a pagar a electricidade pela mesma tarifa que paga Agnelli (Agnelli é o patrão da FIAT). Em vez de pagarem 36 liras por kilowatt, a FIAT só paga 8 liras, e isto é o que as pessoas decidiram pagar. Portanto, calculam a sua própria conta, pagando só 8 liras por kilowatt.

"Em Marghera o movimento desenvolve-se não só nos bairros mas também nas fábricas. Em ambos a prática é a mesma, pagando através de vales de correio ao preço reduzido e guardando as contas

originais, desde que existe a possibilidade de o Estado lançar uma pesada repressão, tentando cortar a electricidade às pessoas. Isto foi tentado em Roma pelo Departamento da Electricidade, mas tiveram que lutar contra grupos de pessoas que muito simplesmente voltam a ligar o fornecimento depois de ter sido cortado pelo Estado. E quando os bairros são constituídos por uma comunidade muito solidária torna-se difícil cortar a electricidade às pessoas, porque elas são suficientemente fortes para resistir".

Contra o aumento dos preços da alimentação



Tal como os transportes e a electricidade, o preço dos alimentos tem subido incessantemente nos últimos anos. Em alguns lugares isto levou à formação de comités locais de preços, que fizeram piquetes nas lojas para obter reduções.

Entretanto, no princípio de Outubro de 1974, os jornais noticiaram um novo desenvolvimento na luta:

"Supermercado atacado: A polícia prende 11 pessoas; 8 polícias feridos". Sábado, 12 de Outubro: Num supermercado em Quarto Oggiaro, zona operária onde moram muitos imigrantes do Sul da Itália, 50 manifestantes chegaram num momento em que a loja estava cheia com 500 compradores. Alguns deles entraram e fizeram com que o gerente dissesse aos caixeiros para permitirem que as pessoas pagassem tudo por metade do preço -- e que não chamasse a polícia se queria evitar barulho. Alguns manifestantes pediram aos caixeiros que deixassem os seus postos e eles próprios se ocuparam das caixas registadoras. Anunciaram aos compradores que naquele dia tudo era vendido por metade do preço. Os fregueses pagaram esses preços reduzidos e desapareceram com as compras. Quando a polícia chegou os donos da loja disseram ter perdido dez

milhares de liras (mais ou menos 360.000 escudos). Entretanto os manifestantes mostraram estar dispostos a pagar pelos serviços prestados. Um deles dirigiu-se ao gerente e entregou-lhe o dinheiro pago pelos fregueses: "Aqui está. Isto é o que recebemos ao balcão. Somos gente honesta". O total foi de 43 milhares de liras! Quando a polícia chegou os manifestantes já estavam a sair. Houve luta fora da loja e algumas pessoas foram presas, membros da Frente de Acção Revolucionária (FARP).